

A eleição de 1989: direita x esquerda.

The 1989 election: right parties x left parties.

Cássio Augusto Guilherme¹

Resumo

Este artigo tem por objetivo discutir os principais aspectos relacionados à eleição presidencial de 1989. Tendo como fontes a bibliografia pertinente e edições do jornal *O Estado de S. Paulo*, apresentamos: o perfil político dos principais candidatos e suas propostas eleitorais; o primeiro turno de debates, naufrágio de candidaturas favoritas e ascensão de Collor e Lula; o segundo turno de união da direita para evitar a “ameaça comunista” representada pelo PT, tendo como pano de fundo a consolidação do neoliberalismo no processo de transição à Nova República.

Palavras-Chave: Collor, Lula, Eleição.

Abstract

This article aims to discuss the main aspects related to the 1989 presidential election. The sources that are relevant to literature and the “O Estado de Sao Paulo” newspaper’s edition. This paper shows the political profile of the main candidates and their electoral proposals; the first round of debates, the fall of favorite candidates and the rising of the candidates Collor and Lula. In the second round the right party unites with others parties to avoid "communist threat" that is represented by PT (Party), but behind the right party proposal they had the consolidation of neo-liberalism in the transition to the New Republic.

Key-Words: Collor, Lula, Election

Introdução

A última eleição presidencial havia acontecido em 1960 quando apenas 20% da população brasileira estava apta a votar e, assim, elegeu presidente Jânio Quadros (PTN) e o vice João Goulart (PTB)². Após, ficamos sem eleições diretas por 29 anos. Um turbilhão de acontecimentos políticos, econômicos e sociais tomou conta do país: renúncia de Jânio, parlamentarismo, golpe, Ditadura, cassações sumárias, exílios, bipartidarismo, Atos Institucionais, torturas, prisões arbitrárias, luta armada, assassinatos políticos, censura, milagre econômico, recessão, greves, abertura política, anistia, pluripartidarismo, diretas já, eleições indiretas, crise econômica e nova

¹ Professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA

² Em 1989, 54% da população tinha direito ao voto (SALLUM JR, 2015).

“Constituição cidadã”³. A eleição de 1989 era o momento em que o país esperava fechar com sucesso o processo de abertura institucional, o enterro da Ditadura e o retorno da democracia plena. Não era apenas mais uma eleição, mas a primeira eleição presidencial para a maioria dos brasileiros.

Nesse pleito se apresentaram 22 candidatos; metade, sem expressividade política. A outra metade era composta por políticos de longa trajetória na vida pública, à direita ou à esquerda. A título de citação, dois exemplos de candidatos: Aureliano Chaves (PFL) e Leonel Brizola (PDT). O primeiro, golpista em 1964, foi deputado pela ARENA, governador de Minas Gerais eleito de forma indireta, vice-presidente no governo do ditador João Figueiredo e ministro do governo Sarney. O segundo comandou a campanha da legalidade que garantiu a posse de João Goulart após a renúncia de Jânio, foi cassado pela Ditadura Civil-Militar, exilado político até 1979, governador do Rio de Janeiro e principal nome histórico da esquerda brasileira naquele momento.

Importante frisar que se trata de uma eleição solteira, ou seja, apenas para presidente da república, nenhum outro cargo⁴, o que tornou inoperante as grandes estruturas partidárias, principalmente, do PMDB e PFL no interior do país. A fragmentação política foi comprovada pelo lançamento de 22 candidatos à presidência. Pela primeira vez, a televisão e o horário eleitoral gratuito seriam decisivos na conquista do voto. Uma enxurrada quase diária de pesquisas de intenção de votos, também, influía no eleitorado. A gangorra dos índices era impressionante e candidatos acabaram abandonados pelos próprios partidos. O comunicador Silvio Santos, dono do SBT, tentou entrar na disputa a quinze dias do primeiro turno, devido a legislação eleitoral permissiva e confusa. Pela primeira vez uma eleição teria segundo turno, que foi disputado entre Collor (PRN) e Lula (PT). A direita utilizou todos os recursos para evitar a vitória do petista.

Internacionalmente, os anos 1980 são marcados pelo declínio do chamado Estado de bem-estar social e pela consolidação da ideologia neoliberal nos centros capitalistas e sua expansão às periferias. A segunda metade do ano de 1989 é marcada pela queda do Muro de Berlim, derrocada das ditaduras comunistas no Leste Europeu e

³ Ver artigo “O governo José Sarney (1985-1990): transição sem ruptura”, deste mesmo autor.

⁴ Em outubro de 1990 seriam realizadas eleições para governador, congresso nacional e assembleias estaduais.

aparente consolidação da ideologia econômica liberal ante a socialista. O Chile também teria sua eleição pós-Ditadura Militar e a Argentina, com Carlos Menem, passava por sérias dificuldades econômicas. No Brasil, “as eleições de 1989 foram um momento decisivo para a transição ao capitalismo neoliberal” (MARTUSCELLI, 2015: 51).

Este artigo, tendo como fontes as edições do conservador jornal *O Estado de S. Paulo*⁵ (*Estadão* ou *OESP*) e parte da bibliografia pertinente ao tema, busca colaborar no preenchimento da grande lacuna ainda existente no meio acadêmico em estudos sobre a chamada Nova República. Geralmente, os cursos de graduação em História ou mesmo as aulas de ensino médio pouco tratam do assunto, seja por falta de tempo para discutir, ou pela escassa bibliografia. Assim, este texto visa possibilitar ao leitor, estudante ou professor, um suporte introdutório sobre a eleição presidencial de 1989.

Pré-campanha e a definição dos candidatos:

No primeiro dia do ano de 1989, o jornal *O Estado de S. Paulo* capta o clima de medo dos políticos tradicionais no país ante a possibilidade de vitória da esquerda. Na matéria “Desunido, centro procura candidato”, o jornal escreve:

Os políticos que se consideram ou são considerados de ‘centro’ estão convencidos de que, se não houver alianças entre partidos afins, estarão abrindo caminho para Leonel Brizola, do PDT, e Luiz Inácio da Silva, do PT, disputarem o segundo turno das eleições presidenciais⁶

A matéria segue dizendo que as várias reuniões dirigidas pelo senador Marco Maciel (PFL) têm se mostrado infrutíferas, principalmente, porque os partidos PDS, PFL, PL, PDC, PSD e PTB mostram mais disposição em lançar candidaturas próprias. É preciso registrar que os políticos de tais partidos tinham suas raízes na ARENA, partido de sustentação da Ditadura Civil-Militar, logo, o termo “centro” era um eufemismo para “direita”. As conversas tentavam incluir o PSDB e até o animador de auditório Silvio

⁵ Em 05/12/1989, à página 9, o *Estadão* publica uma autopropaganda sobre o perfil de seus leitores. Com o título de “A seletividade dos leitores do Estadão justifica sua eficácia”, ficamos sabendo que seus leitores pertenciam a classe A (28%), classe B (42%), classe C (23%) e classes D e E (7%). Quanto à escolaridade: superior (39%), colegial (35%), ginásio (17%), primário (9%). Assim, o *Estadão* sabia e se orgulhava de ter um público leitor formado pela elite econômica e escolarizada.

⁶ Jornal O Estado de S. Paulo – 01/01/1989 – p. 4.

Santos, “atitude considerada ‘ridícula’ por muitos”⁷. Assim, a direita brasileira, que dera o golpe, que sustentara a ditadura e governara com Sarney, chegou à primeira eleição direta da Nova República sem um candidato de consenso, logo, sem chances de vitória.

Em outra matéria, na mesma página, o *Estadão* avalia a divisão interna no PMDB e no PFL, os dois maiores partidos do país que sustentavam o governo Sarney. No PFL havia três grupos: um comandado por Marco Maciel, outro por Aureliano Chaves e outro ainda por Antônio Carlos Magalhães. Vaticina, acertadamente, o jornal que “o certo é que o PFL não ficará unido depois de sua convenção e esses três grupos não terão os mesmos candidatos”⁸. No PMDB, sempre rachado, o grupo de Ulysses Guimarães disputa a indicação de candidatura com vários governadores. O jornal alerta que essa indefinição de nomes beneficia os partidos de oposição à Sarney, em suma, PDT e PT, que conquistaram as grandes capitais nas eleições municipais de 1988.

Os péssimos índices econômicos do governo Sarney (hiperinflação, desemprego e arrocho salarial) que resultaram no país o “maior número de greves de sua história, atingindo uma média anual de 1102 greves, entre 1985 e 1989” (MARTUSCELLI, 2015: 44), transformaram o presidente no político que “todos queriam se afastar, mesmo os candidatos conservadores”⁹ (MACIEL, 2012: 356). O quadro abaixo mostra a evolução das intenções de voto no período pré-eleitoral. Nos meses de março e abril as candidaturas de esquerda, representadas por Brizola e Lula mostravam força. Já a alternativa à direita, representada por Fernando Collor (PRN), só passa a ter grande destaque nas intenções de voto a partir de abril e maio de 1989.

Tabela 1 – Intenção de votos no período pré-eleitoral – em porcentagem (%)

	Collor	Lula	Brizola	Covas	Maluf	Afif	Indecisos
Março	9	16	19	6	6	1	17
Abril	20	15	17	6	6	1	17
Maió	32	11	19	5	6	1	13
Junho	43	8	15	5	5	1	12
Julho	39	7	11	5	5	2	16

Fonte: CARVALHO, Rodrigo de. A era Collor. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.

O sociólogo Brasília Sallum Jr. chama atenção para o papel da imprensa, especialmente a televisiva, na formação do imaginário do eleitor naquele pleito:

⁷ Idem.

⁸ Idem.

⁹ Em 1989, 65% da população considerava o governo Sarney ruim ou péssimo (SALLUM JR, 2015).

Os meios de comunicação de massa, a televisão e a TV Globo, em especial, jogaram um papel-chave no processo. (...) foram centrais na configuração de um ‘cenário político’ para as eleições, moldando as formas de pensar o país e as soluções para suas dificuldades, por meio de novelas, séries, programas humorísticos, noticiários (...) a responsabilidade pela má situação do país foi atribuída ao Estado, à corrupção e à ‘classe política’ (SALLUM JR, 2015: 70-71).

Como dito, ao todo se apresentaram 22 candidatos à presidência da república. Na metade de baixo da tabela destacamos as candidaturas de Enéas Carneiro (PRONA), de extrema-direita que ficou conhecido pelo bordão “meu nome é Enéas” e Fernando Gabeira (PV), ex-exilado político e autor do livro “O que é isso, companheiro?”¹⁰. Na parte de cima, entre os principais candidatos, podemos fazer a didática divisão entre os de “direita”, “centro”, “esquerda” e Fernando Collor, o pretense *outsider* da eleição que tentou transitar por todos os matizes ideológicos e nenhum ao mesmo tempo, embora possamos colocá-lo como direitista, que, no segundo turno, vestiu a carapuça.

Embora, oficialmente, José Sarney não tivesse candidato, até porque tal apoio mais tiraria do que angariaria votos, Aureliano Chaves (PFL) era o nome preferido pelo presidente e seu círculo governista. A primeira opção desse grupo foi o ex-presidente Jânio Quadros, mas sua fraca saúde não lhe permitiu disputar a eleição. Especulou-se ainda os nomes dos empresários Antônio Ermínio de Moraes e Silvio Santos. Político mineiro, Aureliano foi golpista em 1964, fez carreira política na ARENA e às custas da defesa da Ditadura Civil Militar. Governador eleito indiretamente em Minas Gerais, foi ainda vice-presidente no mandato do último militar-ditador-presidente João Figueiredo. No governo Sarney, Aureliano era Ministro de Minas e Energia. Sua candidatura foi expressão do “campo conservador, capaz de acomodar os interesses do grande capital privado nacional, do capital estatal e do capital externo”, numa perspectiva “desenvolvimentista autoritária” e a “manutenção da tutela militar, o controle repressivo dos movimentos sociais” (MACIEL, 2012: 360). Segundo René Dreifuss (1989), era a candidatura mais desejável e confiável ao empresariado.

Mais à direita estava o candidato Paulo Salim Maluf (PDS). Prefeito biônico de São Paulo, nomeado pelo ditador Costa e Silva. Quando deputado federal foi

¹⁰ Completam a lista: José Alcides de Oliveira (PSP), Paulo Contijo (PP), Zamir Teixeira (PCN), Livia Maria Pio (PN), Eudes Mattar (PLP), Celso Brant (PMN), Antonio Pedreira (PPB), Manoel Horta (PDCdoB) e Armando Corrêa (PMB).

responsabilizado pelo racha no PDS que possibilitou a saída de diversos políticos do partido rumo ao PFL e à Aliança Democrática, que aliada a Tancredo Neves (PMDB) vencera o próprio Maluf na eleição indireta para presidente, em 1985. Com discurso neoliberal, Maluf possuía notório histórico conservador à direita, associado à Ditadura Civil-Militar.

O clima de tensão no meio rural brasileiro dos anos 1980 fez surgir duas entidades antagônicas. De um lado o MST, em defesa da reforma agrária e dos direitos dos camponeses, de outro a UDR, representante dos latifundiários e contra a reforma agrária. Ronaldo Caiado (PSD), fazendeiro goiano, era o grande líder da entidade patronal e candidatou-se a presidente como o principal representante da extrema-direita.

Ao centro do espectro político, a candidatura de mais envergadura era a de Ulysses Guimarães (PMDB)¹¹. Um dos grandes nomes da resistência parlamentar à Ditadura, Ulysses foi o “anticandidato” em 1974, líder do MDB no Congresso e na campanha pelas Diretas Já, depois perdeu a disputa para Tancredo Neves na eleição indireta, mas ganhou a presidência da Assembleia Constituinte. “Um conciliador, um sujeito das grandes articulações, reconhecido no meio político e importante figura no processo de redemocratização” (CARVALHO, 2012: 46). Governadores do PMDB não o queriam candidato do partido, pois avaliavam que o desgaste do governo Sarney havia atingido a popularidade de Ulysses. Arquetou-se nos bastidores do partido a candidatura do governador paulista Orestes Quércia, mas Ulysses não abriu mão por considerar-se “candidato natural” e venceu as convenções¹². Segundo Dreifuss (1989), Quércia teria o apoio do grande empresariado paulista reunido na Fiesp.

Recém-fundado após um racha no PMDB, o PSDB lançou à presidência o senador paulista Mário Covas. Também de longa trajetória na resistência parlamentar à Ditadura, cassado pelo AI-5, voltou à Câmara em 1979. Covas tinha fama de

¹¹ “Havia poucas dúvidas de que, naquele pleito, o PMDB jogasse um papel importante, de protagonista – jamais de figurante. Majoritário na própria Constituinte, dono de 22 das 23 sedes de governos estaduais, o grupo de políticos que fundou e assumiu o poder na Nova República tinha tudo para dar todas as cartas do jogo” (NÉUMANNE, 1989: 35).

¹² O episódio da convenção nacional do PMDB foi dos mais controversos nessa eleição. Quatro pré-candidatos se apresentaram: Ulysses Guimarães, Álvaro Dias, Íris Resende e Waldir Pires. Os governadores do partido queriam Quércia, mas não podiam simplesmente impor uma candidatura contra o “Dr. Ulysses”. Quércia dizia não ser candidato a candidato, mas nos bastidores articulava por uma aclamação peemedebista ao seu nome. Tanto disse publicamente que não era candidato que muitos dos seus apoiadores até acreditaram. Ao fim, Quércia disse: “Vocês não entenderam nada. Eu fui candidato o tempo inteiro. Só dependia de um gesto de vocês, de uma atitude. Agora, infelizmente, não dá mais” (NÉUMANNE, 1989: 29). Tudo foi amplamente noticiado pelo jornal *OESP* nos dias 29 e 30 de abril de 1989.

esquerdista, especialmente, devido à liderança do PMDB na Assembleia Constituinte. Também já havia sido prefeito em São Paulo. Após reunião com Roberto Marinho, dono da Rede Globo, Covas tentou afastar-se da pecha de esquerdista e defendeu um “choque de capitalismo” no Brasil, tentando ocupar o terreno de votos da centro-direita (CONTI, 1999).

Ainda ao centro, temos a candidatura de Guilherme Afif Domingos (PL), ex-presidente da Associação Comercial de São Paulo, malufista de origem e deputado constituinte. Neoliberal, privatista, que prometia cortes no funcionalismo público, seu discurso era mais voltado às classes médias urbanas. Afif tentou afirmar-se como o legítimo político de centro ou uma “nova” opção à direita, ocupando o mesmo espaço de Collor de Mello.

Por fim, o paranaense Affonso Camargo (PTB) é o que podemos caracterizar como o típico político de centro. Sempre como deputado federal, o então senador já havia passado em sua vida pública pelo MDB, ARENA, PMDB e candidatou-se pelo PTB, sigla que, pretensamente, reviveria o varguismo, mas que na prática estava à centro-direita. Internamente, o partido estava dividido entre apoiadores de Collor e Brizola, o que fez a candidatura de Camargo ser abandonada pelos correligionários.

No campo da esquerda, o nome de Leonel Brizola (PDT) era o que mais causava arrepios a empresários e militares por liderar as pesquisas no período pré-eleitoral. O líder da resistência à tentativa de golpe em 1961 foi um dos primeiros cassados no golpe de 1964 e viveu no exílio até 1979. No retorno ao país, elegeu-se governador do Rio de Janeiro. Seu programa combinava o nacionalismo desenvolvimentista com social democracia, trabalhismo e anti-imperialismo. Ao longo da campanha tentou moderar o discurso na expectativa de minorar a resistência de militares e empresários.

De longa trajetória emedebista, o deputado federal, e então comunista, Roberto Freire (PCB) concorreu à presidência após o partido ser legalizado, embora internamente vários setores preferiam a aliança com outros partidos de esquerda. Ao longo da campanha, “começou a indicar o movimento de afastamento do partido em relação ao legado da Revolução Russa e do socialismo soviético, que seria concluído posteriormente na fundação do PPS” (MACIEL, 2012: 368).

Desde as greves do ABC paulista no final dos anos 1970, passando pela fundação do maior partido brasileiro de origens operárias, estudantis e intelectuais, o

sindicalista Luís Inácio Lula da Silva (PT) era um importante líder na esquerda brasileira naquela eleição. Candidato derrotado a governador de São Paulo, Lula foi o deputado constituinte mais bem votado pelo estado e com importante atuação na defesa dos direitos dos trabalhadores. Em seu programa, que contava com o apoio da CUT, a maior central sindical do país e dos partidos PSB e PCdoB que formavam a Frente Brasil Popular, o PT propunha uma plataforma mais próxima a um estado de bem-estar social, controle do capital internacional, reforma agrária, não pagamento da dívida externa, valorização das empresas estatais e a extinção do SNI.

Fernando Collor de Mello (PRN), então governador do pequeno estado de Alagoas, descendia de uma família de longa tradição política. Seu avô foi ministro de Vargas, seu pai foi governador do estado e senador¹³. Collor foi nomeado pela Ditadura prefeito biônico de Maceió, depois se elegeu deputado federal pelo PDS. Sem expressão parlamentar, votou em Maluf contra Tancredo no Colégio Eleitoral. Transferiu-se para o PMDB e venceu a eleição para governador de Alagoas, ajudado pelo estelionato eleitoral do Plano Cruzado de Sarney.

Até meados de 1987, poucos brasileiros, além dos alagoanos, conheciam Fernando Collor. A partir de então, com ajuda de Marcos Coimbra, sociólogo do instituto de pesquisa Vox Populi, do irmão Leopoldo Collor funcionário da TV Globo de São Paulo, do jornalista Cláudio Humberto e do deputado Renan Calheiros¹⁴ (PRN), passou a construir uma rede de contatos com jornalistas dos grandes veículos de comunicação¹⁵. Muitos encontros, reuniões, jantares e brindes enviados de Alagoas chegavam às redações. Volta e meia, o jovem Collor aparecia numa capa de *Veja*, numa edição do Globo Repórter ou do Jornal Nacional (CONTI, 1999) e passou a ser mais conhecido nacionalmente. Collor, o “caçador de marajás”:

“se destacou na campanha eleitoral por expressar um oposicionismo retórico à Sarney e por construir um discurso político que o apresentava como um político moralizador, incorruptível, jovem e não-vinculado às lideranças políticas

¹³ Arnon de Mello foi eleito senador por Alagoas em 1962 pelo PDC (posteriormente, aderiu à ARENA). No Senado protagonizou o único caso de morte ocorrido no congresso republicano brasileiro. Em 4 de dezembro de 1963, após discussão com o senador Silvestre Péricles, seu adversário alagoano, Arnon sacou o revólver e, da tribuna do Senado, disparou duas vezes, errando o alvo, mas acertando José Kairala, suplente de senador que participava de sua última sessão na casa. Arnon e Silvestre foram presos, mas absolvidos por unanimidade pelo Tribunal do Júri e puderam voltar ao Senado (CONTI, 1999).

¹⁴ Foi Renan quem defendeu a escolha do senador mineiro Itamar Franco como vice na chapa de Collor, que preferia outros mineiros como Hélio Garcia e Márcia Kubitschek.

¹⁵ Integavam esta rede de contatos nos estados: Arnaldo Faria de Sá (SP), José Carlos Martinez (PR) e Eduardo Cunha (RJ), dentre outros.

tradicionais, associadas negativamente à crise política e econômica” (MACIEL, 2012: 365).

Entre março e maio, Collor aproveitou uma brecha na legislação eleitoral e soube ser hábil no uso da televisão como grande veículo de propaganda política, aparecendo nos programas eleitorais de pequenos partidos de aluguel PJ, PTR e PS. A grande exposição midiática o fez assumir a liderança nas pesquisas de intenção de votos¹⁶ ainda no período pré-eleitoral, configurando-o como o principal candidato capaz de derrotar a “ameaça esquerdista” das candidaturas Brizola e Lula, então preferidos pelo eleitorado. Collor passou a receber cada vez mais adesão financeira do empresariado brasileiro, tudo indecorosamente coordenado por Paulo César Farias, seu tesoureiro de campanha. Teve apoio político, ainda que dissimulado, de políticos do PMDB, PDS, PTB e PFL, especialmente do baiano Antônio Carlos Magalhães. O sociólogo Gilberto Vasconcellos (1989) já denunciava em livro, publicado durante aquela eleição, que Collor representava a nova cara da direita brasileira: populista, demagogo, cópia de Jânio Quadros, exibicionista e preferido de Roberto Marinho.

Como programa de governo, Collor propunha um “Brasil moderno”: privatização das empresas estatais, redução do tamanho do Estado, corte de gastos públicos, demissão de funcionários públicos, os famosos “marajás”, irrestrita abertura ao capital estrangeiro e livre negociação de salários entre patrões e empregados. Em suma, a plataforma política de Collor era extremamente neoliberal, mas sua retórica política era em favor dos “descamisados”.

Primeiro Turno:

No início oficial da campanha no primeiro turno, Fernando Collor já liderava as pesquisas de intenção de votos, o que “funcionou como ponto de atração para chefes políticos regionais (...) de diferentes ideologias e muitas vezes até inimigos entre si. Mas não foram só os políticos que o procuraram. Os empresários também” (NÊUMANNE, 1989: 62). A exposição midiática de Collor levou à adesão de sua candidatura vários líderes políticos interioranos que, preocupados em não contrariar as suas bases, uma vez

¹⁶ Ver Tabela 1.

que o caráter “solteiro” da eleição os desobrigava a maiores compromissos partidários, passaram a “collorir”.

A Rede Bandeirantes apresentou em 17 de julho o primeiro debate¹⁷ ao vivo entre candidatos à presidência da história da televisão brasileira. Dos principais candidatos citados acima, apenas Ulysses e Collor não compareceram. Ulysses preferiu ir a uma reunião com evangélicos da Igreja Assembleia de Deus, e Collor, líder nas pesquisas, preferiu fugir de todos os debates, pois obviamente seria o alvo principal. O debate durou mais de três horas, teve recordes de audiência e correu muito mais solto que os maçantes debates dos dias atuais. Ao final, numa discussão com Caiado, Brizola afirmou que seria necessário reverter o quadro de concentração econômica no Brasil: “São muitos. Mas vou lhe dar um exemplo: Roberto Marinho. O homem mais rico desse país” (GOMES, 2014: 50).

Logo no início da campanha, nos meses de agosto e setembro, era visível que as candidaturas vinculadas à Aliança Democrática (PMDB-PFL) que conduzia a transição via governo José Sarney estavam derrotadas. Aureliano Chaves mal passava do 1% das intenções de voto e Ulysses Guimarães aparecia sempre na casa dos 4%, não mais que isso. Embora Ulysses tenha tentado chamar a militância de seu partido para “combater a molecagem que tem por aí”, o então presidente do PMDB, Jarbas Vasconcelos, já vaticinava ao final de setembro que “Não temos campanha, não temos coordenação, não temos agenda e o dinheiro acabou” (NÊUMANNE, 1989: 46).

O horário eleitoral¹⁸ no rádio e televisão, outra novidade da eleição de 1989, foi ao ar a partir de 16 de setembro. Todos os dias às 13h e às 20h30, os candidatos a presidente apareciam nos lares brasileiros para falar diretamente com o eleitor, sem intermediários. A novidade garantia altos índices de audiência. Algumas equipes de campanha souberam explorar muito bem essa novidade, outras nem tanto e, frequentemente, desavenças e trocas de comando aconteciam.

Tabela 2 – Intenção de votos no período eleitoral – em porcentagem (%)

¹⁷ A íntegra do debate pode ser assistida no YouTube: “Eleições 1989 Debate na Band (completo)”. No *link*: <https://goo.gl/E6I7Gw>.

¹⁸ Os tempos dos candidatos foram distribuídos conforme a bancada de cada partido no Congresso Nacional: diariamente, Ulysses tinha vinte e dois minutos (min.); Aureliano, 18 min.; Covas, 13 min.; Collor, Lula, Afif, Brizola, Maluf e Affonso, 10 min. cada; Caiado, Brant e Armando Corrêa 5 min. cada; os demais apenas 30 segundos cada um (GOMES, 2014).

	Collor	Lula	Brizola	Covas	Maluf	Afif	Indecisos
Agosto	42	6	13	6	6	2	14
Setembro	39	6	14	4	6	3	14
Outubro	32	9	14	6	8	7	12
Novembro	28	14	15	8	7	4	8

Fonte: CARVALHO, Rodrigo de. A era Collor. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.

Com o passar dos dias, duas certezas ficavam mais visíveis: Collor estaria no segundo turno, embora em queda livre na preferência do eleitorado, e seu adversário estava indefinido. Brizola manteve o segundo lugar e não conseguia ultrapassar a casa dos 15% das intenções de voto. Como se percebe, na tabela acima, em outubro houve ascensão de Afif Domingos, enquanto que em novembro Covas e principalmente Lula se colocaram como principais adversários de Brizola pela segunda vaga. Na reta final, a campanha esquentou.

O grande trunfo da subida de Afif era a ótima qualidade de seu programa eleitoral, aliada à facilidade em falar pausadamente e de ter o olho no olho do telespectador. Sua campanha era coordenada pelo filho do presidente da Fiesp e por Gilberto Kassab. O *jingle* “juntos chegaremos lá, fé no Brasil” e a novidade de tradução simultânea em libras eram grandes diferenciais. As pesquisas indicavam que Afif tirava mais votos de Collor, em especial do eleitor de centro, rico, classe média urbana e os mais escolarizados. Os adversários passaram a lembrar a sua ruim atuação como deputado constituinte: recebera nota zero pelo Diap, havia votado contra a estabilidade no emprego, a jornada de 40 horas semanais e o direito de greve. Embora se colocasse como o candidato defensor dos direitos das pessoas com deficiência, não votou por eles na constituinte. Afif estava derrotado.

A apenas um mês da eleição, o presidente da Fiesp exteriorizou a preocupação dos empresários com uma possível vitória da esquerda nas eleições. Sobre Lula, Mário Amato disse: “suas propostas são atrasadas. Lula é contra a participação de capital estrangeiro no desenvolvimento do país”, que se o candidato petista vencesse o Brasil não teria mais investimentos estrangeiros e que, segundo seus cálculos de presidente da maior federação das indústrias do país, “o número de empresários que fugiriam [do país] não seria menos que 800 mil” (GOMES, 2014: 72-73). Em resposta, Lula disse

que a frase de Amato simbolizava a “chantagem psicológica e política da classe dominante” contra o PT¹⁹.

A ameaça empresarial contra o candidato sindicalista veio no momento de crescimento da candidatura Lula. “Se a possibilidade de um segundo turno entre Collor e o esquerdista Brizola já assustava uma parcela da elite brasileira, a perspectiva de Lula na disputa final parecia uma tragédia” (GOMES, 2014: 77-78)²⁰. Vários fatores impulsionaram a candidatura Lula, dentre eles o ótimo programa eleitoral coordenado por José Dirceu: a “Rede Povo” fazia uma sátira direta à Rede Globo e muitos cantores, artistas e intelectuais apareciam no vídeo, além das impactantes cenas dos comícios lotados de bandeiras vermelhas. O *jingle* “sem medo de ser feliz, Lula lá, meu primeiro voto” animava os militantes petistas²¹. O tom sempre direto e contundente das falas de Lula, enfatizando que os trabalhadores não deveriam pagar pela crise, ajudou em sua ascensão eleitoral. Nas palavras de José Nêumanne, jornalista do *Estadão*: “Lula continuava a transmitir, pelo vídeo, a imagem do brasileiro enfezado, que ele ganhou desde os tempos de presidente do Sindicato dos Metalúrgicos” (1989: 85), quando liderava as greves operárias no ABC paulista. Também a CUT fazia campanha pelo petista.

Nesse ínterim, a Rede Bandeirantes apresentou outro debate em 16 de outubro. Também com duração de três horas e altos índices de audiência, não contou com a presença de Ulysses e Aureliano, ato encarado simbolicamente como uma desistência melancólica de suas campanhas, nem com Fernando Collor, que manteve a estratégia de fugir dos debates, afinal, “bom ícone não deve abrir o bico. Se Collor destampar as asneiras, ele dança na campanha” (VASCONCELLOS, 1989: 31). Tais ausências foram

¹⁹ À época, o escritor Luis Fernando Veríssimo sugeriu de forma irônica que tais empresários comprassem uma área nos Estados Unidos onde fundariam a cidade Brasileira: “seria o Brasil dos sonhos dos 800 mil industriais do Amato. Ou seja, o Brasil sem PT, sem a CUT, sem o nosso atraso e os nossos políticos – e com o dólar legal. É verdade que os 800 mil industriais encontrariam algumas dificuldades. Não conseguiriam mão-de-obra adequada, com o que estão acostumados a pagar. Certamente teriam problemas com os sindicatos americanos em questões como salubridade e segurança nos locais de trabalho. Suas margens de lucro teriam que ser reguladas pela perspectiva média do mercado, não pelo máximo suportável, sempre uma reciclagem dolorosa. Sua tendência para a formação de cartéis informais e alguns dos seus hábitos contábeis seriam reprovados pelo governo americano. Em pouco tempo bateria a saudade – ah o sol, o samba o over – e não demoraria muito para que alguém propusesse o êxodo de volta. A esquerda no poder, à distância, não pareceria tão ruim. Voltariam todos. E, na chegada, um porta-voz daria as razões do retorno: “Sei lá. Não nos adaptamos ao capitalismo” (SOARES, Jô. Humor nos tempos do Collor. Porto Alegre: L&PM, 1992. p. 48-49).

²⁰ A edição da revista *Veja* em 18 de outubro é antológica na expressão dos medos que o petismo causava em empresários, comerciantes, banqueiros e na própria revista.

²¹ O clipe já do segundo turno está disponível no YouTube: “Lula lá – Brilha uma estrela”. No *link*: <https://goo.gl/PWoHjx>

compensadas por um histórico bate-boca: Maluf tentou imprimir em Brizola o selo de desequilibrado, que não deixou barato e chamou os malufistas de “filhotes da Ditadura” que engordaram nas tetas do Estado autoritário. Entre vaias e aplausos da plateia, a mediadora Marília Gabriela chamou o intervalo, mas a discussão continuou.

No mesmo debate, Brizola, vendo a ameaça que Lula representava à sua ida ao segundo turno, mandou às favas a solidariedade entre as esquerdas e atacou o petista por meio de denúncias contra seu vice, o então senador Paulo Bisol (PSB). Dias depois Lula retrucou que “ele tem o vício de levantar falsidades sobre os outros, de achar que deve reinar sozinho, porque tem um pouco de populismo, de caudilhismo, o que é normal em um político das décadas de 1940 e 1950” (GOMES, 2014: 82).

O candidato Ronaldo Caiado foi mais polêmico em seu ataque à Lula. Denunciou ao vivo, mas sem qualquer prova, que a prefeita de São Paulo, Luiza Erundina (PT) e seu vice o advogado Luís Eduardo Greenhalg, haviam recebido ilegalmente dois cheques da empresa Lubeca para favorecê-la em contratos com a prefeitura paulista. Ao final do debate, Caiado e Greenhalg discutiram e quase chegaram às vias de fato. O caso Lubeca tomou as páginas dos jornais durante os meses seguintes, atrapalhando o candidato Lula, porém, ao final nenhuma prova foi apresentada e Caiado acabou indiciado pela Polícia Federal e a Justiça Eleitoral²².

Ao longo da década de 1980, a relação Lula e Brizola, ou mesmo de PT e PDT, nunca foi das mais pacíficas. Ambos buscavam a preferência dos trabalhadores e a liderança ideológica no campo da esquerda. O crescimento de Lula nas pesquisas tornava incerta a presença de Brizola no segundo turno e frases mútuas mantinham os ânimos acirrados na disputa pelo voto, tudo perfeitamente potencializado pela repercussão dos jornais conservadores que se divertiam e insuflavam os ânimos de petistas e pedetistas, diariamente, na esperança de rachar definitivamente as esquerdas e derrotá-las com mais facilidade. Roberto Marinho, no jornal *O Globo*, chegou a compará-los a neonazistas e neofascistas²³.

A Rede Globo odiava Leonel Brizola e a recíproca era verdadeira. Em vários momentos a imprensa buscou desqualificar a candidatura de Brizola, como por exemplo a vez que insinuou de que o candidato era associado ao crime organizado no Rio de

²² Jornal O Estado de S. Paulo – 16/12/1989 – p. 12.

²³ Jornal O Globo – 14/10/1989 – p. 5.

Janeiro. Para piorar, a central sindical CGT que havia lhe prometido apoio, migrou para a candidatura de Collor e internamente, o centralismo do fundador do PDT causava dissidências, como a do vacilante César Maia. Contraditoriamente, à subida de Lula, Brizola respondeu com um discurso de conciliação de classes, tentando angariar votos ao centro do espectro político. Não deu certo.

No início de novembro, Collor demonstrava seus piores índices de intenção de votos. Seu horário na propaganda eleitoral era frio, fraco e causou muitas discussões e demissões na campanha. A campanha de Paulo Maluf também se mantinha estagnada. A direita descia e a esquerda subia nas pesquisas.

Uma bomba caiu no país a quinze dias da eleição no primeiro turno. Silvio Santos, o dono do SBT, anunciava que iria substituir o candidato Armando Corrêa (PMB). Dias antes, o presidente Sarney havia articulado com três senadores do PFL a substituição de Aureliano Chaves por Silvio Santos como candidato do partido. O objetivo era provocar um “fato novo” na eleição, ter um candidato mais confiável à direita do que Fernando Collor em queda nas pesquisas e, por isso, com risco de perder para Brizola ou Lula no segundo turno. A “operação Chaves”, conduzida por Edison Lobão, Hugo Napoleão e Marcondes Gadelha, buscou primeiro o empresário Antônio Ermínio de Moraes que declinou da proposta aceita por Silvio Santos. A operação fracassou, pois Aureliano Chaves teve a honradez de não renunciar.

Paulo Maluf, Ronaldo Caiado e Afif Domingos chegaram a negociar a entrada de Silvio Santos em suas chapas como vice. O comunicador não aceitou. O plano então passou a ser procurar uma legenda de aluguel para Silvio Santos concorrer. Ofereceram-lhe legendas os nanicos partidos do PPB, PN, PP e PLP, mas Silvio anunciou que concorreria no lugar do pastor evangélico Armando Corrêa do Partido Municipalista Brasileiro (PMB). Tal anúncio recebeu críticas de políticos, empresários e da imprensa. Em editorial, o *Estadão* classificou o fato como “piada contra a nação”²⁴.

Como as cédulas eleitorais já estavam impressas, Silvio Santos teria que convencer seu eleitorado a marcar um “x” no nome de Armando Corrêa. Seu programa dominical²⁵ era o único a concorrer em audiência com a Rede Globo. Seu público e eleitorado era formado essencialmente por mulheres, de baixa escolaridade e das classes

²⁴ Jornal O Estado de S. Paulo – 01/11/1989 – p. 3.

²⁵ Em um deles, Silvio Santos chegou a usar vários minutos para explicar a sua entrada na campanha e ler uma carta da esposa que colocava a candidatura como um desígnio divino que Silvio não poderia recusar.

D e E²⁶. Em 2 de novembro, onze dias antes do primeiro turno, a pesquisa Gallup publicada no *OESP* mostrou Silvio Santos com 29% das intenções de voto, seguido por Fernando Collor com 18%, Lula 10% e Brizola 9%. No mesmo dia, Silvio aparecia no horário eleitoral. Um fato novo havia sido criado para a eleição de 1989.

Segundo o historiador Rodrigo Gomes (2014), o Tribunal Superior Eleitoral recebeu o recorde de 159 ações que impugnavam a candidatura de Silvio Santos. Os argumentos iam desde o prazo de filiação ao PMB, que estaria irregular, até que Silvio era proprietário de concessionária de serviço público, o que impossibilitava sua candidatura. Em 9 de novembro o TSE julgou por unanimidade que o PMB não tinha registro válido na Justiça Eleitoral e a candidatura de Silvio Santos não foi aceita. A última semana de campanha ainda registrou o crescimento da candidatura de Mário Covas.

A primeira eleição presidencial no país pós-Ditadura e o contexto de fim da Guerra Fria fez o jornal *The New York Times* dedicar grande atenção ao pleito, em especial pela participação do então comunista Roberto Freire e do “marxista” Lula. Em um país que registrava 80% de católicos, a religião não poderia ficar de fora da eleição. Collor e Brizola visitaram o Papa, Collor contava com o apoio de Frei Damião, Lula teve o apoio de muitas Comunidades Eclesiais de Base, ligadas à Teologia da Libertação da Igreja Católica, Maluf chegou a ser expulso da Basílica de Aparecida pelo tumulto causado por seus cinegrafistas durante a missa. Edir Macedo pediu votos para Collor após indicação do “Espírito Santo” e outros líderes evangélicos chegaram a distribuir cartas aos seus fiéis pregando o voto contra “a esquerda que tem dificultado o nosso trabalho em todo o mundo” (GOMES, 2014: 67).

Também os militares não deixaram de influir na eleição. O fantasma de uma nova intervenção militar, caso Brizola ou Lula vencesse a eleição democrática, era presente nas conversas de bastidores. O historiador Rodrigo Gomes aponta para várias falas dos ministros do Exército, Marinha e Aeronáutica publicada nos jornais, insinuando que Lula não deveria ser eleito.

Em 15 de novembro, os brasileiros foram às urnas marcar “x” em grandes cédulas de papel. Em editorial, o *Estadão* chegou às bancas chamando o PT de “Partido

²⁶ Pesquisa Gallup – jornal *O Estado de S. Paulo* – 04/11/1989 – p. 4.

da Truculência”²⁷ porque alguns simpatizantes de Lula haviam vaiado a atriz Marília Pêra, que apoiava Collor. Abertas as urnas, a demorada contagem dos votos causou incertezas quanto a quem disputaria com Collor o segundo turno. Brizola saiu na frente de Lula, que o ultrapassou na contagem apenas em 21 de novembro. No dia seguinte, o TSE divulgou o resultado final. Fernando Collor tivera 20,6 milhões de votos (28,52%), Lula da Silva obteve 11,6 milhões (16,08%) e Leonel Brizola ficou com 11,1 milhões (15,45%)²⁸.

Segundo Turno:

Ao fim da apuração dos votos do primeiro turno ficou visível a preferência do eleitorado pela oposição ao governo Sarney. Somados os votos de Ulysses (PMDB) e Aureliano (PFL) representaram apenas 5,26%. Ideologicamente, no esquema dos principais candidatos que apresentamos acima, a direita somou 38,31%, o centro fez 20,26% e a esquerda obteve 32,59% dos votos. Porém, à época, o PSDB e Mário Covas eram considerados como de centro esquerda, bem como o PMDB por conta de seu histórico. Assim, em outra somatória, a centro-direita com 43,36% dos votos teria sido derrotada pela centro-esquerda com 47,80%. O historiador Rodrigo Gomes aponta que o senador Marcos Maciel do PFL declarou ser “muito difícil para Collor derrotar Lula” (2014: 107), principalmente pelo petista disputar o mesmo nicho de votos oposicionistas e populares. Esse cenário levou imprensa e empresariado a “constituir formalmente um apoio da grande burguesia à candidatura de Collor no segundo turno” (MARTUSCELLI, 2015: 47).

A forte ascensão de Mário Covas na reta final fez do PSDB o principal apoio a ser procurado por Collor e Lula. Dividido, o partido flertou com Collor por conta de suas propostas de privatização, mas o achava despreparado para a presidência. Collor ofereceu ministérios a Fernando Henrique e José Serra. Questões regionais dificultavam a aliança com o PT. No fim, após várias semanas de reuniões do partido, por insistência de Mário Covas, o PSDB optou pelo “apoio crítico” a Lula, e Covas gravou inserções

²⁷ Jornal O Estado de S. Paulo – 15/11/1989 – p.3.

²⁸ Os outros números foram: Covas, 7,7 milhões (10,78%); Maluf, 5,9 milhões (8,28%); Afif, 3,2 milhões (4,53%); Ulysses, 3,2 milhões (4,43%); Roberto Freire, 769 mil (1,06%); Aureliano Chaves, 600 mil (0,83%); Caiado, 488 mil (0,68%); Affonso Camargo, 379 mil (0,52%); Enéas, 360 mil (0,50%); José Alcides, 238 mil (0,33%); Paulo Contijo, 198 mil (0,27%); Zamir Teixeira, 187 mil (0,26%); Livia Maria, 179 mil (0,25%); Eudes Mattar, 162 mil (0,22%); Fernando Gabeira, 125 mil (0,17%); Celso Brant, 109 mil (0,15%); Antônio Pedreira, 86 mil (0,12%); Manoel Horta, 83 mil (0,12%); Armando Corrêa, 4,3 mil (0,01%); Bancos e nulos, 4,6 milhões (6,4%).

para a TV e foi ao comício petista. A ala à esquerda do PMDB declarou apoio a Lula, enquanto Ulysses Guimarães declarou-se em campanha pelo parlamentarismo e acabou no ostracismo. Políticos conservadores e à direita declararam apoio à Collor. “Na disputa para o 2º turno, o adesismo em torno da candidatura Collor ganhou uma dimensão avassaladora, com as mais variadas forças políticas e sociais do bloco no poder aderindo massivamente para evitar a vitória de Lula” (MACIEL, 2012: 372).

Quem parece não ter assimilado a derrota no primeiro turno foi Leonel Brizola: num primeiro momento, não reconheceu a vitória de Lula sobre ele, lançou dúvidas sobre a apuração e pediu recontagem, acusou a Igreja católica de ter feito campanha por Lula e contra ele e sugeriu que Lula e ele renunciassem em benefício à ida de Covas para o segundo turno. Foram quase duas semanas de negociações entre petistas e pedetistas. Brizola declarou apoio a Lula, gravou inserções para a TV e subiu no palanque, desde que José Paulo Bisol, candidato a vice, não estivesse presente. “Uma aliança com Brizola era decisiva para dar ao petista mínimas condições de vencer o pleito” (GOMES, 2014: 107) e na prática, o eleitorado brizolista aderiu em massa à candidatura de Lula.

O horário eleitoral no segundo turno começou em 28 de novembro. O clima de acirramento entre as candidaturas e seus apoiadores aumentava conforme a data do segundo turno se aproximava. Em 30 de novembro ocorreu uma batalha campal entre partidários de Collor e Lula durante comício collorido na cidade de Caxias do Sul (RS). Collor acusava os petistas de terem iniciado a briga, enquanto Lula dizia que a confusão havia sido premeditada e iniciada por seguranças contratados por Collor²⁹. Versões à parte, importa dizer que desde então os jornais passaram a reproduzir a versão de Collor e acusar os petistas de serem radicais e violentos. O episódio repercutiu amplamente contra a candidatura de Lula.

Em 3 de dezembro, nos estúdios da extinta TV Manchete, no Rio de Janeiro, aconteceu o primeiro debate³⁰ do segundo turno³¹. Pela primeira vez, Collor de Mello se dispunha a debater. Entre as muitas alfinetadas, os candidatos falaram sobre educação, privatização, reforma agrária, dívida externa e até mesmo sobre a briga em Caxias dos

²⁹ Segundo Rodrigo Gomes: “em várias ocasiões, durante 1989, os jornais reportaram confusões envolvendo seguranças colloridos, jornalistas e militantes partidários” (2014: 113).

³⁰ A íntegra do debate por ser assistido no YouTube: “SENSACIONAL: O 1º dos dois debates Collor x Lula - 03/12/1989 (íntegra)” – no link: <https://goo.gl/RptCLG>

³¹ O debate foi transmitido simultaneamente por Globo, SBT, Manchete e Bandeirantes.

Sul. Collor insinuou que Lula estaria traíndo seu eleitorado ao aceitar apoio de outros candidatos; o petista disse que os marajás que Collor tanto dizia combater estavam trabalhando na campanha collorida. Ao final, especialistas e telespectadores apontaram que Lula havia se saído melhor naquele debate e sua candidatura crescia.

Tabela 3 – Intenção de votos no segundo turno – em porcentagem (%)

	Collor	Lula	Indecisos	Nulos	Branços
24/11/1989	50,3	36,6	7,9	3,6	1,6
01/12/1989	50,1	38,2	5,1	4,2	2,4
08/12/1989	48,2	42,0	5,0	3,2	1,6
13/12/1989	45,6	43,8	6,2	2,8	1,6
15/12/1989	44,9	44,4	5,7	3,7	1,3

Fonte: Instituto Gallup – Jornal *O Estado de S. Paulo* – 17/12/1989 – página 4.

Como se vê, pela tabela acima, a uma semana da votação, caso “não acontecesse algum fato novo na campanha, dificilmente Lula deixaria de ultrapassar o favorito Collor” (NÊUMANNE, 1989: 178). Em 12 de dezembro um fato novo e sórdido foi levado ao ar no horário eleitoral de Fernando Collor. A enfermeira Miriam Cordeiro, uma ex-namorada de Lula em 1974, apareceu no vídeo acusando o petista de racismo e de ter oferecido dinheiro para que ela abortasse a filha, Lurian³². A repercussão foi imediata e tomou as páginas dos jornais e noticiários de televisão. No dia seguinte, o último do horário eleitoral, Collor³³ repetiu a denúncia, enquanto Lula³⁴ aparecia ao vídeo, abraçado com a filha Lurian. Denúncias de que Miriam havia recebido dinheiro pelo depoimento foram negadas pela assessoria de Collor.

Ao longo de toda a campanha, especialmente no segundo turno, os setores conservadores, empresariais, militares e a imprensa atuaram firmemente no sentido de impedir a vitória de um candidato à esquerda. Carla Luciana comprova a atuação da revista *Veja* em favor de Collor, principalmente, por conta de suas propostas neoliberais (2009). A título de exemplo, destacamos três editoriais do jornal *O Estado de S.*

³² O fato de Lula ter uma filha antes do casamento com Marisa Letícia já era de conhecimento público quando se candidatou à deputado constituinte.

³³ Disponível no YouTube: “Último programa político: Collor ataca a vida privada de Lula, 1989” – no link: <https://goo.gl/3yhCA1>

³⁴ Disponível no YouTube: “Último programa político de Lula em 1989: Lula apresenta a filha Lurian – no link: <https://goo.gl/uPbRjT>

Paulo³⁵: Em 15/11 o jornal afirma que os petistas são adeptos à “mentalidade do ressentimento, da vingança mesquinha, da intolerância e da truculência”³⁶; em 26/11 diz que Lula irá “colocar a questão da reforma agrária em termos tais que se transforma num ‘convite para incendiar o campo’”³⁷; em 14/12, após dizer que a vitória do PT representaria colocar o Brasil fora do mundo moderno, pois seus radicais seriam adeptos de regimes totalitários (o *Estadão* “se esquece” que o jornal deu apoio ao golpe de 1964 que instaurou a Ditadura no Brasil), diz textualmente que “a posição do bom senso e do patriotismo recomenda que se vote no respeito à Constituição que hoje é encarada pelo sr. Fernando Collor de Mello”³⁸

Dentre os muitos boatos que circulavam sobre a “ameaça comunista” representada pelo “marxista” Lula e os “radicais” do PT, destacamos dois: em resposta ao Ministro do Exército sobre o absurdo de que se eleito, Lula mudaria a cor da bandeira brasileira para vermelho, o petista disse “não queremos mudar a bandeira, queremos honrar a bandeira que muitos desonraram nos últimos 29 anos” (GOMES, 2014: 104). Outro boato era que se eleito, Lula obrigaria as famílias de classe média e alta a dividir suas residências com famílias pobres que não tinham onde morar (SECCO, 2011). Panfletos apócrifos conclamavam “a população a pegar em armas, caso Lula perca as eleições”³⁹.

Em 15 de dezembro foi realizado o segundo debate⁴⁰ nos mesmos moldes do primeiro. Preocupado com a possibilidade de Collor repetir o fraco desempenho do anterior, Roberto Marinho, dono da Rede Globo, sugeriu que o candidato se aconselhasse com Boni, o grande chefe de programação da emissora (CONTI, 1999). Os conselhos foram seguidos à risca por Collor. Ele levou pilhas de pastas com papéis em branco, para sugerir que havia estudado o que debater ou então retiraria dali mais alguma denúncia bombástica contra Lula. Apareceu com a gravata torta, o cabelo despenteado e aparentando suor. A associação ao estilo Jânio Quadros não foi mera

³⁵ Leitura mais atenta de todas as edições do *Estadão* nos meses de novembro e dezembro demonstra que o jornal atuou firmemente na construção da narrativa do “PT violento” que deveria ser derrotado. Um artigo sobre essa temática será posteriormente produzido.

³⁶ Jornal O Estado de S. Paulo – 15/11/1989 – p. 3

³⁷ Jornal O Estado de S. Paulo – 26/11/1989 – p. 3.

³⁸ Jornal O Estado de S. Paulo – 14/12/1989 – p. 3.

³⁹ Jornal O Estado de S. Paulo – 28/11/1989 – p. 6.

⁴⁰ A íntegra do debate por ser assistido no YouTube: “Debate: Collor X Lula 1989 (completo)” – no link: <https://goo.gl/E3V902>

coincidência. Lula, por sua vez, apresentou-se abatido, nervoso, insone após o escândalo “Lurian”. Os candidatos não se cumprimentaram.

Nas duas horas do debate, Collor foi melhor que Lula. Acusou o petista de ser uma ameaça, pois se eleito, confiscaria as poupanças dos brasileiros; associou-o ao fracassado comunismo soviético; questionou o padrão de vida levado pelo candidato; disse que Lula era ateu e queria dividir o Brasil em classes; que incentivava a invasão de apartamentos e a luta armada. Lula não mostrava a mesma contundência dos debates anteriores e de seus animados comícios.

No dia seguinte, especialistas e pesquisas de opinião deram a Collor a vitória no debate, mas a polêmica maior viria com a edição que o Jornal Nacional fez dos melhores momentos⁴¹. Segundo a bibliografia, Roberto Marinho havia ficado irritado com a edição levada ao ar no Bom Dia Brasil e no Jornal Hoje e determinou que nova edição, mais favorável a Collor fosse colocada no Jornal Nacional à noite que, à época, dispunha de índices de audiência na casa dos 80% (CONTI, 1999) (GOMES, 2014). “Naquele momento, as tendências se inverteram: Lula parou de subir e começou a cair, enquanto Collor estancou a queda e reiniciou a subida” (NEUMANNE, 1989: 179).

O 17 de dezembro, dia da eleição, amanheceu com a notícia da libertação do empresário Abílio Diniz, dono do Grupo Pão de Açúcar, então sequestrado. Logo correu pelas rádios a falsa notícia de que os sequestradores eram militantes do PT. O *Estadão* chegou a seus leitores com editorial pedindo para “votar na revolução liberal”⁴², pretensamente, representada por Collor. À tarde, enquanto a votação acontecia, o músico Lobão, que se apresentava ao vivo no global Domingão do Faustão fez várias falas a favor do candidato Lula e acabou banido da emissora. Por todo o Brasil, a votação transcorreu em clima de tranquilidade.

Considerações Finais

Na noite do dia 17 de dezembro, as pesquisas de boca-de-urna já apontavam a vitória de Collor de Mello. O resultado oficial só foi divulgado no dia 21: Fernando

⁴¹ A edição do Jornal Nacional pode ser assistida no YouTube: “Edição Polêmica do JN - Último debate 89” – no *link*: <https://goo.gl/MzTYht>

⁴² Jornal O Estado de S. Paulo – 17/12/1989 – p. 3.

Collor obteve 53,04% dos votos válidos e Lula da Silva 46,96%⁴³. “O empresariado e a grande imprensa⁴⁴ exultaram com a vitória de Collor, demonstrando todo o seu alívio com a derrota da perspectiva democrático-popular, que associavam ao caos, à regressão econômica e ao ‘totalitarismo comunista’” (MACIEL, 2012: 375).

Durante toda a campanha⁴⁵, Collor centrou seu discurso no indivíduo-candidato, em um partido pequeno, contra tudo e contra todos, por meio de forte marketing político, ufanista e patriótico que atraía o imaginário popular. André Singer acrescenta o elemento de hostilidade às greves por parte do eleitorado mais pobre e menos escolarizado: “era comum, nas pesquisas, os eleitores de baixa escolaridade entenderem a direita como o que é ‘direito’ ou como sinônimo de ‘governo’, a esquerda sendo o ‘errado’ e a oposição”, o que descomplica a tarefa das classes dominantes em “mobilizar o voto de baixíssima renda contra a esquerda (2012: 58).

José Nêumanne aponta que alguns políticos, naquela eleição, pareciam disputar a eleição pré-Ditadura enquanto Collor “era o único disputante da eleição de 1989” (1989: 61). Segundo Carlos Fico, em 1989 “o que estava em pauta naquele momento (...) era a busca pelo novo, pela mudança. A população estava cansada dos velhos políticos” (2015: 116) e Collor, com ajuda de excelente marketing político e apoio da grande imprensa⁴⁶, soube capitalizar eleitoralmente este sentimento da população e “explorar o medo de uma classe média aterrorizada com a hipótese da vitória da esquerda” (CARVALHO, 2012: 69).

⁴³ Em números absolutos, Fernando Collor obteve 35.089.998 milhões de votos; Lula da Silva, 31.076.364 milhões de votos; nulos, 3.107.893 milhões; Brancos, 986.446 mil e Abstenções, 11.814.017 – jornal O Estado de S. Paulo – 22/12/1989 – p. 7.

⁴⁴ Nos editoriais de 19/12 e 20/12 o *Estadão* atribui a vitória de Collor ao entendimento que os “menos favorecidos” tiveram da necessidade de implantar uma política liberal no país, que “calou” a “característica comum a nazistas, fascistas” do PT, o qual qualifica de “mau perdedor”.

⁴⁵ Este historiador tinha apenas 7 anos de idade quando aconteceu a votação do segundo turno. Morador de uma pequena cidade no interior do Paraná, as recordações que tenho são dos programas eleitorais na TV, os debates e os vários gráficos das diárias pesquisas eleitorais mostradas no Jornal Nacional. Após as votações, meus pais me levaram ao Ginásio de Esportes local, onde as urnas ocupavam a quadra e muitas mesas de fiscais, que contavam os votos de papel, sob olhares curiosos de muitos populares. Mais que isso, me recorro do sentimento de medo que uma vitória de Lula causava a alguns familiares: dividir as terras, dividir as casas e até nos obrigar a dar os sapatos e roupas que não usávamos para os pobres. Não fazia ideia do que era o comunismo, mas ouvir sobre a “ameaça comunista” nos programas de Lula na TV, sempre dizendo que os pobres tinham direitos (e acho que me considerava uma criança pobre, filho de professora primária e pai desempregado, morador de aluguel, sem carro, sem vídeo cassete e telefone em casa) me empolgava. Até consegui uma estrelinha vermelha (mandada por um parente que morava em São Paulo) e andava orgulhoso com ela. Não me recorro de meus pais terem emitido opiniões favoráveis a Lula ou Collor ou me influenciado nisso, inclusive desconfio que minha casa votou de forma dividida, mas me recorro de assistirmos a quase todos os horários eleitorais à noite e dos comentários sempre desfavoráveis ao governo Sarney.

⁴⁶ Sobre a atuação política da imprensa brasileira, ver “Mídia: crise política e poder no Brasil”, de Venício A. de Lima.

Para Danilo Martuscelli, a pequena diferença de votos no resultado final indica a crise de hegemonia no processo de transição para o capitalismo neoliberal no Brasil. Em suas palavras, especificamente, “formou-se um cenário político no qual se fazia necessário à candidatura do campo dominante colocar-se contra as próprias classes dominantes para que seus interesses políticos pudessem ser contemplados. A ironia fina de Mario Amato [Fiesp] resume o que vimos afirmando: ‘Não importa se ele [Collor] gosta de mim ou não. Eu gosto do que ele vai fazer’” (MARTUSCELLI, 2014:50).

A lei eleitoral proibia qualquer forma de financiamento empresarial aos candidatos. Assim, todo dinheiro arrecadado para as viagens, showmícios, hospedagens, programas de televisão e demais propagandas dos candidatos teria que ser conseguido via “caixa 2”. Estima-se que Paulo César Farias, tesoureiro da campanha de Collor, teria arrecadado cerca de US\$ 160 milhões, dos quais US\$ 60 milhões foram sobras de campanha. Quando assumiu o governo em 15 de março de 1990, Collor montou uma equipe cheia de tecnocratas pouco conhecidos e políticos conservadores. No mesmo dia, congelou as poupanças de todos os brasileiros e editou o Plano Collor para tentar combater a hiperinflação herdada do governo José Sarney. Seu governo seria um retumbante fracasso, todavia, o governo Collor será trabalhado em artigo posterior.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, Rodrigo de. **A era Collor: da eleição ao impeachment**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.

CONTI, Mário Sérgio. **Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais**. São Paulo: Contexto, 2015.

GOMES, Rodrigo de Aguiar. **1989: a maior eleição da história**. Porto Alegre: Lorigraf, 2014.

MACIEL, David. **De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)**. São Paulo: Alameda, 2012.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil**. Curitiba: Editora CRV, 2015.

NÊUMANNE, José. **Atrás do palanque: bastidores da eleição de 1989.** São Paulo: Siciliano, 1989.

SALLUM JR, Brasílio. **O impeachment de Fernando Collor: sociologia de uma crise.** São Paulo: Editora 34, 2015.

SECCO, Lincoln. **História do PT.** Cotia: Ateliê Editorial, 2011.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SILVA, Carla Luciana. **Veja: o indispensável partido neoliberal.** Cascavel, Edunioeste, 2009.

VASCONCELLOS, Gilberto. **Collor, a cocaína dos pobres: a nova cara da Direita.** São Paulo: Ícone, 1989.